

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, na forma do art. 14, inciso XI, da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve editar o seguinte Ato:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, que segue publicado em anexo.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

## REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### Livro I Da organização e atribuições do Conselho

#### Título I Do Conselho Superior

##### Capítulo I Da Composição do Conselho

Art. 1º - O Conselho Superior do Ministério Público é órgão de administração superior e de execução da Instituição.

§ 1º - Integram o Conselho:

I - o Procurador-Geral de Justiça;

II - o Corregedor-Geral do Ministério Público;

III - 05 (cinco) Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça, para um mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução pelo mesmo processo;

§ 2º - Para o exercício de suas funções, o Conselho contará com os seguintes órgãos internos:

I - Presidente;

II - Conselheiros;

III - Secretário;

IV - Comissões Especiais;

V - Seção de Secretaria e Expediente.

##### Capítulo II Do Presidente

Art. 2º - O Conselho é presidido pelo Procurador-Geral de Justiça ou, pelo seu Substituto, em casos de afastamentos, bem como nos casos de vacância.

##### Capítulo III Dos Conselheiros

Art. 3º - São membros do Conselho, na qualidade de Conselheiros:

I - o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral, como membros-natos, ou quem estiver no exercício das respectivas funções;

II - os 05 (cinco) Conselheiros eleitos na forma do art. 1º, § 1º, III, deste Regimento.

Parágrafo único - A eleição de que trata este artigo será realizada no período de 01 a 15 de dezembro, e sua regulamentação e convocação será efetivada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, obedecidas, no que couber, as normas relativas à eleição de Procurador-Geral de Justiça, elegíveis os integrantes do Colégio.

Art. 4º - O mandato dos Conselheiros eleitos será de 01 (um) ano, com início em 02 de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Parágrafo único - A posse dos Conselheiros eleitos dar-se-á em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a eleição.

## Capítulo IV Dos Suplentes dos Conselheiros

Art. 5º - Os Procuradores de Justiça que se seguirem aos eleitos, nas respectivas votações, serão considerados os seus suplentes.

Art. 6º - Os suplentes serão convocados para substituírem os Conselheiros eleitos nos casos:

I - de afastamentos e licenças dos titulares;

II - de vacância do cargo do titular, caso em que o suplente sucederá o substituído;

III - de impedimentos e suspeições (que importem falta de *quorum* para decisão);

IV - falta do titular, desde que avisada com antecedência bastante para a convocação indicada no § 1º.

§ 1º - Em todos os casos, a convocação será feita com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas, pessoalmente por telefone ou outro meio disponível.

§ 2º - Nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, a convocação cessará automaticamente se o Conselheiro titular reassumir suas funções; na hipótese do inc. IV, cessará quando desaparecer o impedimento ou a suspeição.

§ 3º - O Corregedor-Geral será substituído ou sucedido pelo Procurador de Justiça, substituto daquelas funções.

## Capítulo V Do Secretário

Art. 7º - Caberá ao Procurador-Geral de Justiça designar o Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, antes de sua primeira reunião ordinária, para exercer as funções de Secretário, dentre integrantes da última entrância ou da 2ª Instância do Ministério Público.

§ 1º - Ausente o Secretário, o Presidente nomeará Secretário *ad hoc*.

## Capítulo VI Das Comissões Especiais

Art. 8º - O Conselho poderá constituir Comissões Especiais, integradas por seus membros e escolhidos por votação.

## Capítulo VII Da Seção de Secretaria e Expediente

Art. 9º - A Seção de Secretaria e Expediente do Conselho contará com funcionários próprios, nos termos de Ato da Procuradoria-Geral de Justiça que dispuser sobre a organização administrativa do Ministério Público.

Parágrafo único - A Seção de Secretaria e Expediente e seus funcionários ficarão sob a orientação, disciplina e supervisão direta do Secretário do Conselho.

## Título II Da competência e das atribuições do Conselho

### Capítulo I Da competência

Art. 10 - Considerando as disposições legais vigentes, cabe ao Conselho decidir da sua própria competência, conhecendo ou não dos assuntos que lhe sejam destinados.

§ 1º - Qualquer expediente, correspondência, documento, requerimento, processo, protocolado, representação ou procedimento de qualquer natureza, recebido pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral, ou por qualquer outro Conselheiro, desde que endereçado ao Conselho, será obrigatoriamente submetido ao conhecimento e à deliberação do colegiado até a primeira reunião ordinária subsequente.

§ 2º - Se o Procurador-Geral de Justiça ou o Corregedor-Geral receberem expediente destinado ao Conselho, e entenderem que a matéria é de sua atribuição, tomarão as providências que lhe incumbam, sem prejuízo da remessa do expediente ao Conselho.

Art. 11 - Todo expediente que tenha de ser relatado por Conselheiro, será distribuído, observados os critérios de rodízio, impessoalidade e proporcionalidade na divisão de serviços.

Parágrafo único - Não participarão da distribuição a que se refere este artigo o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral.

## Capítulo II Das atribuições

Art. 12 - São atribuições do Conselho:

I - autorizar, previamente, o Procurador-Geral de Justiça, a que, por ato excepcional e fundamentado, designe membro do Ministério Público para exercer funções processuais afetas a outro membro da Instituição;

II - recusar, na promoção por antigüidade, o membro do Ministério Público mais antigo, nos termos do art. 44, § 2º da Lei Complementar Estadual nº 15/96;

III - determinar, por voto de dois terços de seus integrantes e em razão de interesse público e conveniência do serviço, a disponibilidade ou remoção de membro do Ministério Público, assegurada ampla defesa;

IV - decidir sobre:

1 - vitaliciamento de membro do Ministério Público, quando a conclusão do relatório da Corregedoria Geral do Ministério Público for desfavorável, ou, sendo favorável, houver impugnação àquele relatório;

2 - reclamações formuladas contra o quadro geral de antigüidade;

3 - a perda do mandato de Conselheiro que faltar, injustificadamente, a quatro reuniões consecutivas ou a oito alternadas, durante o respectivo mandato;

V - recomendar:

1 - ao Procurador-Geral de Justiça a instauração de inquérito administrativo contra membro do Ministério Público;

2 - à Corregedoria Geral do Ministério Público a instauração de sindicância contra membro do Ministério Público;

VI - autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para freqüentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior;

VII - eleger:

1 - os Procuradores de Justiça que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira;

2 - os membros de suas Comissões Especiais;

VIII - regulamentar:

1 - o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional, definindo-lhe a organização, o funcionamento e as suas atribuições;

2 - a seleção, investidura, vedações e dispensa dos estagiários;

3 - o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público;

IX - aprovar:

1 - os pedidos de remoção por permuta entre membros do Ministério Público;

2 - o quadro geral de antigüidade dos membros do Ministério Público;

X - indicar:

1 - ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos à promoção ou à remoção por merecimento;

2 - ao Procurador-Geral de Justiça, o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antigüidade;

XI - elaborar:

1 - seu Regimento Interno;

2 - os seus Assentos e Súmulas;

3 - as listas sêxtuplas a que se referem os arts. 94, *caput*, e 104, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal;

XII - expedir, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, depois de verificada a vaga para remoção ou promoção, edital para o preenchimento do cargo, salvo se ainda não instalado;

XIII - ter acesso aos prontuários dos membros do Ministério Público e informações a eles referentes que constem dos bancos de dados da Instituição, desde que necessário ao exercício de suas funções;

XIV - determinar a instauração de inquérito civil;

XV - relatar e julgar os arquivamentos de inquérito civil;

XVI - relatar e julgar os recursos contra o indeferimento de representação para instaurar inquérito civil e contra a instauração do inquérito civil;

XVII - rever seu ato de homologação de arquivamento de inquérito civil, caso de outras provas tenha notícia;

XVIII - opinar, conclusivamente, sobre:

1 - sindicância realizada pelo Corregedor-Geral, contra membro do Ministério Público, antes da decisão do Procurador-Geral de Justiça;

- 2 - recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços, quando solicitado pelo Procurador-Geral de Justiça;
- 3 - afastamento de membro do Ministério Público para o exercício de outro cargo, emprego ou função de nível equivalente ou superior, observado o disposto no art. 29, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal;
- 4 - processos de revisão de inquérito administrativo e reabilitação;
- XIX - solicitar informações ao Corregedor-Geral sobre a conduta e atuação funcional dos Promotores de Justiça;
- XX - determinar ao Corregedor-Geral a realização de correições e visitas de inspeção, de natureza extraordinária, geral ou parcial, para verificar eventuais irregularidades dos serviços;
- XXI - sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;
- XXII - dar início a processo regular, mediante o rito de inquérito administrativo, de aposentadoria compulsória por invalidez de membro do Ministério Público;
- XXIII - tomar conhecimento dos relatórios da Corregedoria-Geral do Ministério Público;
- XXIV - exercer outras atribuições que lhes forem conferidas pela Lei ou por este Regimento Interno.

## Livro II Das atribuições dos órgãos do Conselho

### Título I Das atribuições do Presidente

Art. 13 - São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar:

- 1 - reuniões extraordinárias do Conselho, sempre que entender necessário ou for regimentalmente exigível;
  - 2 - os suplentes dos Conselheiros eleitos em caso de substituição e sucessão;
  - 3 - Promotor da mais elevada entrância para servir de Secretário *ad hoc*, na ausência do titular;
- II - presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
- III - encaminhar ao Secretário, para inclusão na pauta, as matérias de seu interesse na ordem do dia das reuniões:

- 1 - ordinárias e extraordinárias que convocar;
- 2 - ordinárias, que independem de convocação;
- 3 - extraordinárias, convocadas pelos demais membros do Conselho, nela também incluídas, obrigatoriamente, as matérias constantes da convocação;
- IV - verificar, ao início de cada reunião ordinária ou extraordinária do Conselho, a existência de *quorum*;
- V - assinar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, depois de aprovadas;
- VI - representar o Conselho;
- VII - proceder à leitura do expediente de cada reunião;
- VIII - votar como membro do Conselho;
- IX - comunicar aos demais membros do Conselho, nas reuniões:

- 1 - toda vacância de cargo e sua data;
- 2 - a abertura de Concurso de Ingresso ao Ministério Público;
- 3 - as providências de caráter administrativo em que haja interesse do Conselho;
- 4 - assuntos de que julgar conveniente dar ciência ao Conselho;

X - encaminhar ao Secretário do Conselho:

- 1 - com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as matérias que devam constar de pauta e inclusão na ordem do dia das reuniões, salvo se se tratar de matéria de reunião extraordinária, em que a antecedência mínima será de 24 (vinte e quatro) horas;
- 2 - os pedidos de permuta de membros do Ministério Público de primeira instância, assim que despachados;
- 3 - os processos que tratem de remoção compulsória, disponibilidade, suspensão e demissão de membro do Ministério Público, assim que recebidos;
- 4 - os pedidos de afastamento de membro do Ministério Público, para o exercício de outro cargo, emprego ou função, ou para a frequência de curso ou seminário de aperfeiçoamento ou estudo no País e no exterior, assim que despachados;
- 5 - os relatórios da Corregedoria-Geral, assim que recebidos;

- 6 - as sugestões para alteração do Regimento Interno do Conselho, assim que recebidas;
- 7 - a correspondência, processos, protocolados, peças de informação, papéis e expedientes endereçados ao Conselho e recebidos por seu intermédio, no prazo de 10 (dez) dias, a contar de seu recebimento, bem como aqueles cujo conhecimento julgue conveniente seja dado aos seus membros, observado o disposto no § 2º do art. 11;
- XI - fazer afixar o extrato das atas aprovadas das reuniões do Conselho em local visível;
- XII - fazer publicar na imprensa oficial:
  - 1 - o extrato das atas das reuniões do Conselho;
  - 2 - seus Assentos, Súmulas, Atos, Avisos e Recomendações;
  - 3 - o aviso da existência de promoção de arquivamento de inquérito civil ou peças de informação, para os fins do § 2º do art. 9º da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985;
  - 4 - as deliberações que homologuem ou rejeitem a promoção de arquivamento do inquérito civil ou peças de informação, ou julguem os recursos a eles referentes, com a indicação do número do protocolo, comarca de origem, nome dos interessados, nome do Relator e súmula da decisão;
- XIII - tomar as providências necessárias ao bom desempenho das funções do Conselho e à observância de seu Regimento Interno;
- XIV - exercer outras atribuições que lhes forem conferidas pela Lei ou por este Regimento Interno.

## Título II Das atribuições do Secretário

Art. 14 - São atribuições do Secretário do Conselho:

- I - redigir, no livro próprio e sob processo informatizado, as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, assinando-as e colhendo as assinaturas dos membros do órgão, após sua aprovação;
- II - preparar o extrato da ata das reuniões e providenciar sua publicação na imprensa oficial, afixando-o no local de praxe;
- III - elaborar a pauta, com a ordem do dia das reuniões, nela incluindo as matérias pertinentes e as que lhe forem solicitadas pelos membros do Conselho;
- IV - proceder à leitura, no início de cada reunião, da ata da reunião anterior;
- V - assinar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, depois de aprovadas;
- VI - assinar os termos de abertura e encerramento dos livros do Conselho, rubricando suas páginas;
- VII - por delegação do Presidente, receber, despachar e encaminhar a correspondência, papéis e expedientes endereçados ao Conselho;
- VIII - ter a guarda dos livros, da correspondência, papéis e expedientes endereçados ao Conselho;
- IX - distribuir os autos referentes à promoção de arquivamentos e recursos em matéria de inquérito civil e peças de informação;
- X - transcrever, nos livros próprios, os Assentos, Súmulas, Atos, Avisos e Recomendações aprovados pelo Conselho, encaminhando cópia à Procuradoria-Geral de Justiça para publicação pela imprensa oficial;
- XI - controlar a ordem de votação dos Conselheiros eleitos, anunciando-a antes do início de cada reunião;
- XII - encaminhar, para publicação na imprensa oficial:
  - 1 - o extrato das atas das reuniões do Conselho;
  - 2 - os Assentos, Súmulas, Atos, Avisos e Recomendações;
  - 3 - o aviso da existência de promoção de arquivamento de inquérito civil ou peças de informação, para os fins do § 2º do art. 9º da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985;
  - 4 - as deliberações que homologuem ou rejeitem a promoção de arquivamento do inquérito civil ou peças de informação, ou julguem os recursos a eles referentes, com a indicação do número do protocolo, comarca de origem, nome dos interessados, nome do Relator e súmula da decisão;
- XIII - registrar, no livro próprio, a vacância de cargos no Ministério Público, controlando a fixação dos critérios e forma de provimento;
- XIV - providenciar para que cada membro do Conselho receba, com antecedência mínima de 1 (um) dia da data da respectiva reunião, cópia da pauta da próxima reunião, bem como papéis, expedientes e processos, sempre que a matéria deva ser objeto de apreciação ou de deliberação pelo órgão;
- XV - organizar, para cada membro do Conselho, o expediente relativo aos candidatos inscritos à promoção ou remoção por merecimento;
- XVI - controlar a expedição e o arquivamento dos papéis, correspondência e expedientes do Conselho;
- XVII - encaminhar aos membros do Conselho a correspondência e papéis a eles endereçados;
- XVIII - executar as deliberações de caráter administrativo interno do Conselho;
- XIX - superintender a Seção de Secretaria e Expediente e a atuação dos respectivos funcionários;
- XX - efetuar o controle das ausências injustificadas dos Conselheiros, registrando-as em expediente próprio e adicionando-as às já eventualmente existentes;

XXI - tomar as providências necessárias ao bom desempenho das funções do Conselho e à observância de seu Regimento Interno;

XXII - exercer as demais funções que lhes forem atribuídas pela Lei ou por este Regimento Interno.

Parágrafo único - Nas atas das reuniões do Conselho e nos seus resumos, constará o voto de cada um de seus membros.

### Título III Das atribuições dos Conselheiros

Art. 15 - São atribuições dos Conselheiros:

I - por meio de pelo menos 1/3 (um terço) dos integrantes, propor a convocação de reunião extraordinária;

II - comparecer pontualmente às reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

III - assinar a ata da reunião anterior, à qual tenha comparecido, depois de aprovada;

IV - encaminhar ao Secretário, para obrigatória inclusão na pauta, as matérias que devam integrar a ordem do dia das reuniões, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas nas ordinárias e de 24 (vinte e quatro) horas nas extraordinárias;

V - comunicar aos demais membros do Conselho, durante as reuniões, matéria que entenda relevante, independentemente de prévia inclusão em pauta;

VI - ditar ao Secretário seu voto, sua declaração de voto ou seu posicionamento a propósito de questões discutidas ou decididas no Conselho, para que conste da ata e, se for o caso, de seu extrato;

VII - propor à deliberação do Conselho matéria de sua competência, nos termos deste Regimento Interno;

VIII - discutir e votar as matérias constantes da ordem do dia;

IX - retirar da Seção de Secretaria e Expediente do Conselho a correspondência, papéis e expedientes em seu nome;

X - encaminhar à Seção de Secretaria de Expediente do Conselho e aos funcionários material para datilografia, reprografia ou serviços afetos à sua atuação funcional como membro do Conselho;

XI - relatar e julgar as promoções de arquivamentos de inquérito civil ou peças de informação, bem como os recursos interpostos;

XII - tomar as providências necessárias ao bom desempenho das funções do Conselho e à observância de seu Regimento Interno;

XIII - exercer as demais funções que lhes forem atribuídas pela Lei ou por este Regimento Interno.

### Título IV Das Atribuições da Seção de Secretaria e Expediente

Art. 16 - São atribuições da Seção de Secretaria e Expediente do Conselho:

I - receber, registrar, distribuir e expedir processos e papéis, de acordo com a orientação do Secretário do Conselho;

II - manter arquivo da correspondência expedida e das cópias dos documentos preparados;

III - preparar os expedientes para o Conselho e para os seus membros;

IV - executar os serviços de datilografia, reprografia e arquivo para os membros do Conselho;

V - registrar as alterações do quadro do Ministério Público;

VI - executar os demais serviços administrativos que lhe forem determinados pelo Secretário.

### Título V Das Atribuições das Comissões Especiais

Art. 17 - As Comissões Especiais do Conselho têm a atribuição de elaborar estudos e apresentar sugestões sobre matéria da competência do órgão, consoante atribuição feita nas reuniões.

### Livro III Das reuniões do Conselho

#### Título I Da disposições gerais

Art. 18 - Respeitadas as disposições procedimentais específicas, as normas deste Livro se aplicam a todos os Títulos constantes do Livro seguinte.

Art. 19 - As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho disciplinam-se pelas normas constantes deste Livro.

## Título II Das reuniões ordinárias

Art. 20 - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, independentemente de convocação.

Art. 21 - A primeira reunião ordinária será realizada, independentemente da sessão solene de posse dos Conselheiros eleitos, na primeira quinzena de fevereiro, cuja data será designada pelo Presidente, devendo a comunicação ser efetivada com prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Parágrafo único - Da ordem do dia da reunião de que trata este artigo constará obrigatoriamente, a escolha do dia da semana e o horário em que serão realizadas as demais ordinárias.

## Título III Das reuniões extraordinárias

Art. 22 - O Conselho reunir-se-á em reunião extraordinária:

I - quando convocado por seu Presidente;

II - por proposta de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º - Estando subscrita por 1/3 (um terço) de seus membros do Conselho, a proposta de convocação extraordinária não poderá ser recusada.

§ 2º - Poderá ser objeto de deliberação qualquer matéria dentro das atribuições do Conselho, mesmo aquelas previstas como próprias de reuniões ordinárias.

Art. 23 - A convocação extraordinária do Conselho por seu Presidente será feita pessoalmente a cada Conselheiro ou por via telefônica ou outra disponível.

Parágrafo Único - Ao ser convocado, o Conselheiro deverá receber a ordem do dia da reunião.

Art. 24 - A convocação extraordinária do Conselho, por proposta de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros, será dirigida ao Presidente do órgão, e deverá indicar as matérias que constarão da ordem do dia.

§ 1º - Assim que despachar o pedido, o Presidente poderá incluir outras matérias na ordem do dia, além daquelas constantes do requerimento, e tomará as providências necessárias para que a convocação se faça nos termos do artigo anterior.

§ 2º - A reunião do Conselho será realizada no prazo máximo de três dias, contados da entrada do pedido de convocação, em mãos, ao Presidente, ou a contar da entrada do requerimento no protocolo geral do Ministério Público.

§ 3º - Se o Presidente do Conselho não a marcar para antes, a convocação se dará automaticamente às 09:00 h do terceiro dia subsequente à data do protocolo, na sede do colegiado, e só não será realizada se não houver *quorum* legal.

§ 4º - Tendo sido incluídas outras matérias na ordem do dia, serão apreciadas em primeiro lugar aquelas constantes do requerimento de convocação.

## Título IV Das providências prévias

Art. 25 - O Presidente e os Conselheiros encaminharão ao Secretário os dados necessários para elaboração da pauta, que conterá a ordem do dia das reuniões ordinárias, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas; em caso de reuniões extraordinárias, a antecedência mínima será de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único - As matérias que devam ser objeto de deliberação pelo Conselho somente poderão ser incluídas na ordem do dia, se a respectiva documentação for encaminhada ao Secretário nos prazos fixados neste Regimento.

Art. 26 - O Secretário do Conselho, recebendo do Presidente os papéis, expedientes ou processos, providenciará que cada membro do órgão receba:

I - resumo da ata da reunião anterior;

II - cópia dos novos Assentos, Súmulas, Atos, Avisos e Recomendações;

III - cópia da pauta com a ordem do dia e as informações necessárias que ele próprio deva preparar;

IV - cópia dos documentos e informações necessárias para a discussão das matérias constantes da ordem do dia.

Parágrafo único - Os Conselheiros devem receber o material a eles destinado com antecedência mínima de 1 (um) dia da reunião ordinária ou extraordinária.

## Título V Das reuniões

### Capítulo I Da ordem dos trabalhos

Art. 27 - Nas reuniões do Conselho será obedecida a seguinte ordem dos trabalhos:

- I - abertura, conferência de *quorum* e instalação da reunião;
- II - leitura, discussão e votação das justificativas de faltas da reunião anterior;
- III - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- IV - leitura do expediente e comunicações do Presidente;
- V - comunicações dos Conselheiros;
- VI - leitura da ordem do dia;
- VII - discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia;
- VIII - encerramento da reunião.

### Capítulo II Da instalação

Art. 28 - A abertura, conferência de *quorum* e instalação da reunião compete ao Presidente do Conselho.

§ 1º - Para a instalação da reunião é necessária a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho.

§ 2º - Não havendo *quorum* suficiente, aguardar-se-á por trinta minutos. Após esse prazo, não havendo número legal, lavrar-se-á ata circunstanciada da ocorrência, ficando prejudicada e dependente de nova convocação se se tratar de reunião extraordinária, e adiada para a próxima semana se a reunião for ordinária.

§ 3º - Se, no horário previsto, o Presidente estiver ausente ou se retirar, assumirá a Presidência o mais antigo na segunda instância dentre os presentes, e a devolverá ao Procurador-Geral de Justiça, caso compareça ou retorne antes do término da reunião.

§ 4º - Ausente o Secretário do Conselho, o Presidente nomeará Promotor da mais elevada entrância como Secretário *ad hoc*.

§ 5º - Havendo *quorum*, o Presidente declarará instalada a reunião.

§ 6º - Se no curso da reunião, por qualquer motivo, o *quorum* mínimo não for mantido, tal circunstância será lançada em ata e imediatamente suspensa a reunião.

§ 7º - A ausência ou o impedimento ocasional do Presidente ou de outro membro do Conselho só levará à suspensão da reunião na hipótese de, por isso, sobrevir falta de *quorum*.

§ 8º - Havendo ou não *quorum* para instalação da reunião, deverão os faltosos apresentar justificativa da ausência, por escrito, com sua evidência documental, no prazo de 03 (três) dias, para deliberação na reunião seguinte.

### Capítulo III Da deliberação sobre as justificativas de faltas

Art. 29 - O Secretário declinará o nome dos faltosos da reunião anterior que apresentaram justificativa, para deliberação pelo Conselho.

§ 1º - Para cada Conselheiro faltoso, haverá discussão e votação da matéria, de acordo com o disposto no Capítulo VII deste Título, excluído o voto do mesmo.

§ 2º - Negada pelo Conselho a justificativa apresentada, ou não tendo sido apresentada justificativa alguma, deverá o Secretário registrar em expediente próprio, a falta do Conselheiro, adicionando-a às já existentes.

§ 3º - Qualquer que seja a deliberação da matéria constante deste artigo, a mesma fará parte da ata na qual houve a falta.

### Capítulo IV Da verificação de ata

Art. 30 - O Secretário lerá a ata da reunião anterior, para conhecimento dos demais membros do Conselho.

§ 1º - Todos os incidentes relativos à ata da reunião anterior serão discutidos e votados antes do prosseguimento da reunião.

§ 2º - O membro do Conselho que não estiver de acordo com a ata, proporá a questão ao Colegiado.

§ 3º - A discussão e votação da matéria obedecerá ao disposto no Capítulo VII deste Título.

§ 4º - Aprovada a questão levantada contra a ata, na própria reunião será lavrado termo de retificação logo em seguida àquela.

§ 5º - Aprovada a ata, com ou sem retificações, será ela assinada por todos os membros do Conselho que houverem comparecido à respectiva reunião.

#### Capítulo V

##### Da leitura do expediente e das comunicações

Art. 31 - O expediente da reunião será lido pelo Presidente.

Art. 32 - As comunicações do Presidente e dos Conselheiros versarão sobre matérias de interesse do Conselho e independarão de inclusão em pauta.

Parágrafo único - Se mais de um Conselheiro desejar fazer comunicações, o Presidente dar-lhes-á a palavra, pela ordem de votação a ser obedecida na reunião.

#### Capítulo VI

##### Da ordem de votação

Art. 33 - A ordem de votação será única, começando pelo mais antigo no cargo de Procurador de Justiça, votando em seguida o mais moderno e assim alternadamente.

§ 1º - Ao Secretário do Conselho incumbe fazer o controle da ordem de votação, anunciando-a antes do início de cada reunião.

§ 2º - O Presidente sempre votará em último lugar e o Conselheiro que exercer as funções de Corregedor-Geral, em penúltimo.

#### Capítulo VII

##### Da discussão e votação

Art. 34 - Após a leitura da ordem do dia pelo Presidente, serão discutidas e votadas as matérias nela constantes.

Art. 35- Antes do início de qualquer votação, os membros do Conselho poderão pedir a palavra para discutir a matéria, devendo o Presidente concedê-la desde logo.

Parágrafo único - Se dois ou mais membros do Conselho pedirem a palavra pela ordem ao mesmo tempo, observar-se-á a ordem de votação da reunião.

Art. 36 - Encerrada a discussão sobre a matéria, o Presidente a submeterá à votação, pela ordem a ser obedecida na reunião.

Parágrafo único - Iniciada a votação, não se concederá mais a palavra para discussão da matéria a ser votada, a não ser para questões de ordem.

Art. 37 - Nenhum Conselheiro poderá abster-se de votar matéria constante da ordem do dia, salvo caso de impedimento.

§ 1º - Se, em virtude de impedimento, a votação de uma questão ficar impossibilitada por falta de *quorum* de instalação ou de deliberação, a apreciação dessa matéria específica será adiada por uma reunião, convocando-se o suplente para sua votação.

§ 2º - A convocação do suplente será restrita à matéria em relação à qual houve o impedimento.

§ 3º - O impedimento deve ser justificado mas, se for por motivo de foro íntimo, não poderá ser negado pelo Conselho.

Art. 38 - Terminada a votação, o Presidente proclamará o resultado.

Parágrafo único - Ocorrendo motivo superveniente, e antes de ser proclamado o resultado, será permitida a retificação ou a reconsideração do voto.

Art. 39 - A questão de ordem pode ser suscitada a qualquer momento e será imediatamente submetida à deliberação do Conselho.

Parágrafo único - A questão poderá versar sobre o pedido de adiamento da votação, quando forem necessários melhores esclarecimentos sobre a matéria.

## Capítulo VIII Das deliberações

Art. 40 - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos dos Conselheiros presentes, inclusive para a fixação, manutenção ou reforma de seus Assentos, Súmulas, Atos, Avisos e Recomendações.

§ 1º - É necessária, entretanto, a maioria absoluta para a instalação de reunião;

§ 2º - Exige-se maioria qualificada de 2/3 (dois terços) de seus membros para:

I - recusa à promoção por antigüidade;

II - remoção compulsória ou disponibilidade de membro do Ministério Público, por interesse público e conveniência do serviço;

III - recusa de vitaliciamento de membro do Ministério Público.

IV - alteração ou revisão do seu Regimento Interno.

Art. 41 - As decisões do Conselho Superior do Ministério Público serão motivadas.

## Capítulo IX Dos pareceres

Art. 42 - Sempre que for necessário, o Conselho atribuirá a qualquer de seus membros a elaboração de parecer prévio a respeito de matéria sobre a qual deva deliberar.

§ 1º - O parecer de que trata este artigo será submetido à apreciação do Colegiado, que poderá adotá-lo, com ou sem emendas, ou rejeitá-lo.

§ 2º - Se não for aprovado, será indicado outro membro do Conselho para elaborar novo parecer.

## Título VI Da execução das deliberações

Art. 43 - No dia imediato ao da reunião, o Secretário providenciará cópia da ata aprovada e seu resumo, bem como fará expedir os ofícios e providenciar o cumprimento das deliberações do Conselho.

§ 1º - O extrato da ata deverá ser afixado em local visível e publicado na imprensa oficial, no segundo dia subsequente à reunião.

§ 2º - Será preservado o sigilo nas hipóteses legais ou por deliberação da maioria dos membros do colegiado.

§ 3º - Os ofícios do Conselho serão subscritos pelo Presidente ou pelo Secretário, havendo delegação daquele.

§ 4º - As cópias dos ofícios e respectivos expedientes serão arquivados na Seção de Secretaria e Expediente do Conselho.

## Livro IV Das competências específicas do Conselho

### Título I Das promoções e remoções

#### Capítulo I Das disposições gerais

Art. 44 - A promoção e a remoção são formas de provimento derivado dos cargos do Ministério Público.  
Parágrafo único - Não se destinando o cargo a ser provido por reintegração, reversão ou aproveitamento, far-se-á por concurso de promoção e remoção.

Art. 45 - As promoções e remoções serão feitas, alternadamente, por antigüidade e merecimento, observadas as seguintes regras:

I - a promoção far-se-á sempre de uma entrância para a entrância superior imediata, ou da entrância mais elevada para o cargo de Procurador de Justiça;

II - a remoção voluntária, sempre para cargo de igual entrância, será feita, alternadamente, por antigüidade e merecimento.

Parágrafo único - A promoção será voluntária; a remoção poderá ser voluntária, compulsória e por permuta.

Art. 46 - O membro do Ministério Público indicado pela 3ª (terceira) vez consecutiva, ou em 5 (cinco) alternadas em lista de merecimento, para promoção, será obrigatoriamente promovido.

§ 1º - A consecutividade só se considerará interrompida se o candidato der causa direta ou indiretamente, à sua não-indicação.

§ 2º - A desistência de promoção por merecimento será considerada causa interruptiva da consecutividade nas indicações.

§ 3º - Em caso de desistência de promoção que obrigue a refazer-se a lista de merecimento, as indicações anuladas não serão consideradas para quaisquer fins, inclusive aferição de consecutividade.

§ 4º - Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, havendo número de inscritos suficientes para uma nova lista triplíce, sua formação será deliberada na reunião seguinte, vedada a publicação de novo edital.

§ 5º - Consideram-se distintas as indicações procedidas na mesma reunião.

§ 6º - Havendo mais de um candidato com direito à promoção obrigatória, a escolha será feita livremente pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 7º - O período de 2 (dois) anos na entrância para a promoção ou remoção é contado da data do início do exercício no cargo anterior até a da reunião em que será formada a lista triplíce.

Art. 47 - A inscrição para o concurso de promoção ou remoção, por antigüidade ou merecimento, só será admitida se o candidato estiver com os serviços em dia e não tiver dado causa a adiamento de audiência no período de 12 (doze) meses anteriores ao pedido e assim o declarar no requerimento.

Parágrafo único - Caso não preencha os requisitos deste artigo, o candidato poderá apresentar justificativa ao Conselho Superior do Ministério Público, que deliberará sobre a admissibilidade da inscrição.

Art. 48 - No caso do parágrafo único do artigo anterior, se a justificativa versar sobre o atraso dos serviços, o candidato deverá, ademais, mencionar a quantidade e a espécie de autos em atraso, bem como a data da vista do processo mais antigo.

Art. 49 - Para a remoção voluntária, exige-se, pelo menos, um ano de efetivo exercício do cargo, excetuada a hipótese de nenhum dos interessados preencher esse requisito.

## Capítulo II Das providências prévias

### Seção I Da comunicação de vacância de cargo

Art. 50 - Verificada a vaga, o Presidente do Conselho comunicá-la-á imediatamente ao Secretário do órgão, para registro no livro próprio, indicando a respectiva data.

Parágrafo único - Na primeira reunião ordinária que se seguir, o Presidente comunicará a vacância do cargo aos demais membros do Conselho.

### Seção II Da fixação de critério

Art. 51 - A fixação do critério a ser observado para o provimento do cargo por promoção será determinado pelo Conselho Superior do Ministério Público, respeitando-se os critérios, alternadamente, de antigüidade e merecimento.

§ 1º - Ao provimento inicial e à promoção por merecimento, precederá a remoção voluntária, a qual também obedecerá à alternância de antigüidade e merecimento.

§ 2º - A deliberação deverá ser tomada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da ocorrência da vaga, salvo situações especiais, em consequência do número de vagas, mediante decisão fundamentada.

Art. 52 - Salvo motivo de interesse público, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da vacância do cargo, será expedido edital para seu preenchimento por remoção ou promoção.

### Seção III Da publicação dos editais

Art. 53 - Fixado o critério de provimento, o Presidente expedirá edital a ser publicado na imprensa oficial, para inscrição dos candidatos, com prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 54 - Para cada vaga destinada ao preenchimento, por remoção ou promoção, por merecimento ou antigüidade, expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, mencionando se a promoção ou a remoção se fará pelo critério de merecimento ou antigüidade, com a indicação do prazo e do cargo correspondente à vaga a ser preenchida.

#### Seção IV Das inscrições

Art. 55 - Os requerimentos de inscrição, dirigidos ao Presidente do Conselho, conterão as seguintes declarações:

I - estar em dia com os serviços;

II - não ter dado causa a adiamento de audiência no período de 12 (doze) meses anteriores ao pedido.

§ 1º - O candidato à promoção ou remoção deverá indicar, no requerimento de inscrição, a data do início de exercício no cargo e na entrância, bem como a ordem de preferência, quando esteja concorrendo a mais de um cargo vago.

§ 2º - A inscrição será considerada suficiente manifestação de interesse do candidato.

Art. 56 - Somente serão apreciados os requerimentos de inscrição que tenham sido apresentados no protocolo geral do Ministério Público, até as 18 (dezoito) horas do último dia do prazo.

§ 1º - O candidato poderá encaminhar seu requerimento de inscrição pela via postal ou por meio de processo de *fac-simile* (fax).

§ 2º - Só será admitida a inscrição por fax se a Secretaria do Conselho certificar, ao pé da própria mensagem, que a recebeu dentro do prazo previsto no *caput* deste artigo, em condições adequadas de legibilidade.

§ 3º - Não será conhecida a inscrição por fax se o candidato deixar de apresentar ao protocolo o original do requerimento, até o término do prazo de eventuais impugnações, reclamações e desistências.

#### Seção V Das impugnações e reclamações

Art. 57 - A lista dos inscritos será afixada em local visível e publicada na imprensa oficial, concedendo-se o prazo de 3 (três) dias para impugnações, reclamações e desistências.

Parágrafo único - O termo inicial do prazo se conta a partir da publicação da lista dos inscritos.

Art. 58 - As impugnações, reclamações e desistências referentes à lista dos inscritos deverão ser protocoladas na Procuradoria-Geral e dirigidas, em petição fundamentada, ao Presidente do Conselho.

§ 1º - As reclamações e impugnações serão decididas pelo Conselho, antes das indicações.

§ 2º - As desistências não se submetem à deliberação do Colegiado, que as homologará.

### Capítulo III Da antigüidade

#### Seção I Das disposições gerais

Art. 59 - A antigüidade, para efeito de promoção ou remoção, será determinada pelo tempo de efetivo exercício na entrância.

§ 1º - Para os fins deste artigo, considerar-se-ão as alterações ocorridas no Quadro Geral de Antigüidade, decorrentes de promoção, remoção e aposentadoria, até o dia de realização da reunião para indicação do mais antigo.

§ 2º - Ocorrendo empate na classificação por antigüidade, terá preferência, sucessivamente:

- a) o de maior tempo de serviço no Ministério Público;
- b) o de melhor classificação se do mesmo concurso;
- c) o de maior tempo de serviço na Administração Pública estadual;
- d) o de maior tempo de serviço na Administração Pública federal;
- e) o de maior tempo de serviço na Administração Pública municipal;
- e) o mais idoso.

§ 3º - O tempo de serviço público estadual a que se refere o parágrafo anterior, abrange o tempo de serviço prestado:

I - no exercício de cargos ou funções civis ou militares da administração centralizada, autárquica ou fundacional, com remuneração pelos cofres públicos do Estado de Alagoas;

II - nas funções de estagiário do Ministério Público e de serventuário, escrevente ou auxiliar de cartório não oficializado.

## Seção II Da Recusa

Art. 60 - Antes de fazer a indicação para promoção ou remoção por antigüidade, o Presidente do Conselho, resolvidas as reclamações e impugnações contra a lista dos inscritos, submeterá as indicações à apreciação do Conselho.

Art. 61- Por dois terços de seus integrantes, o Conselho poderá recusar o membro do Ministério Público mais antigo, em razão do interesse do serviço, obstando à promoção ou remoção por antigüidade.

§ 1º - Será fundamentado o ato que obste à promoção por antigüidade.

§ 2º - A recusa poderá ser proposta por qualquer membro do Conselho, que, se for aprovada, será publicada na imprensa oficial, para conhecimento do interessado e eventual impugnação recursal.

§ 3º - No caso de recusa do membro mais antigo, antes de repetir-se a votação até fixar-se a indicação cabível, aguardar-se-á o julgamento de eventual recurso, em cinco dias, perante o Colégio de Procuradores de Justiça, ou o decurso do prazo para sua interposição.

§ 4º - A recusa apenas impede o provimento imediato daquela única ou da primeira das vagas para as quais eventualmente tenha se inscrito o candidato recusado.

## Seção III Da indicação

Art. 62 - Inexistindo recusa do Conselho ou se a recusa não for confirmada pelo Colégio de Procuradores, o Procurador-Geral de Justiça expedirá o ato de promoção ou remoção por antigüidade.

Parágrafo único - Em caso de desistência ou esgotado o prazo para posse, a indicação recairá no remanescente inscrito mais antigo.

Art. 63 - Mantida a recusa pelo Colégio de Procuradores, aplica-se o disposto na Seção anterior em relação ao segundo candidato mais antigo da lista dos inscritos e assim sucessivamente.

## Capítulo IV Do merecimento

### Seção I Das disposições gerais

Art. 64 - O merecimento será apurado pela atuação do membro do Ministério Público em toda a carreira.

Art. 65 - A promoção por merecimento pressupõe ter 2 (dois) anos de exercício na respectiva entrância, bem como integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antigüidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação da lista.

Parágrafo único - Para os fins de aferição da quinta parte da lista referida no *caput* deste artigo, considerar-se-ão as alterações ocorridas no Quadro Geral de Antigüidade, decorrentes de promoção, remoção e aposentadoria, até o dia de realização da reunião em que será formada a lista triplíce.

Art. 66 - Para aferição do merecimento, o Conselho levará em conta:

I - os dados constantes de seu prontuário;

II - o exercício das funções institucionais com esforço e independência;

III - o volume de serviços da Promotoria de Justiça ocupada pelo candidato, bem como a sua dedicação e operosidade no exercício do cargo.

IV - a conduta do membro do Ministério Público na sua vida pública e particular e o conceito que goza na Comarca;

V - a presteza ou pontualidade e a segurança no cumprimento das obrigações funcionais, notadamente em suas manifestações processuais;

VI - a eficiência no desempenho de suas funções, verificada através das referências dos Procuradores de Justiça em sua inspeção permanente, dos elogios recebidos dos Órgãos Superiores do Ministério Público ou insertos em julgados dos Tribunais e das observações feitas em correições e visitas de inspeção;

VII - o número de vezes que já tenha participado de listas de promoção ou remoção, pelo critério de merecimento;

VIII - a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais, ou reconhecidos, de aperfeiçoamento (v. arts. 129, § 4º, e 93, II, b, da CF);

IX - participação como conferencista, palestrante, autor de teses ou assistente em cursos, seminários e congressos de interesse institucional;

X - o aprimoramento de sua cultura jurídica, através da publicação de livros, teses, estudos, artigos e a obtenção de prêmios relacionados com sua atividade funcional;

XI - a participação em atividades da Promotoria de Justiça que tenham trazido destacado retorno social;

XII - atuação em inquéritos ou processos com especiais dificuldades e com grande relevância ou repercussão social;

XIII - elaboração de peças forenses que serviram de modelos para Centros de Apoio Operacional ou Promotorias de Justiça;

XIV - notória especialização em matérias de interesse institucional;

XV - exercício da função de professor em cursos de Direito;

XVI - titulação universitária;

XVII - Exercício de cargos de confiança ou de assessoramento em Órgãos da Administração Superior do Ministério Público.

XVIII - Outros fatos ou situações que o Conselho Superior julgue relevantes.

Parágrafo Único - O Promotor de Justiça poderá encaminhar à Corregedoria-Geral do Ministério Público as informações que entender convenientes, de forma a complementar seu prontuário com dados objetivos que comprovem seu merecimento.

Art. 67 - Os assentamentos relativos às atividades funcionais e à conduta dos membros do Ministério Público, para fins de apuração de seu merecimento, serão coligidos em seu prontuário individual.

Parágrafo único - O Conselho levará em conta os seguintes dados, se constantes dos assentamentos:

- a) os documentos e trabalhos do Promotor de Justiça por ele próprios enviados à Corregedoria-Geral do Ministério Público;
- b) as referências constantes de pedido de inscrição do interessado no concurso de ingresso;
- c) as anotações resultantes da fiscalização permanente dos Procuradores de Justiça e as referências em julgados dos Tribunais, por estes enviadas;
- d) as observações feitas em correições ou visitas de inspeção;
- e) os relatórios enviados, com menção ao volume, presteza e pontualidade dos serviços a seu cargo;
- f) os conceitos obtidos durante o estágio probatório;
- g) outras informações pertinentes.

## Seção II Da aferição do merecimento

Art. 68 - Encerrado o prazo para as inscrições por merecimento, o Presidente do Conselho encaminhará ao Secretário e ao Corregedor-Geral a lista dos inscritos.

Parágrafo único - O Secretário mandará afixar a lista em local visível, fazendo-a publicar na imprensa oficial, concedendo-se o prazo de 3 (três) dias, a contar da , para impugnações, reclamações e desistências.

Art. 69 - O Corregedor-Geral providenciará o encaminhamento dos prontuários dos candidatos inscritos ao Secretário do Conselho, que se encarregará da elaboração do expediente que contenha, de forma sintética, as informações úteis à aferição do merecimento, apresentando os prontuários na reunião do Conselho em que devam ser feitas as indicações.

§ 1º - Sendo muito elevado o número de inscritos, o Secretário ou os demais Conselheiros poderão consultar os prontuários na Corregedoria-Geral do Ministério Público.

§ 2º - Os expedientes deverão estar à disposição dos membros do Conselho pelo menos dois dias antes da reunião em que deva ser feita a indicação.

## Seção III Da indicação

Art. 70 - Findo o prazo para impugnações, reclamações e desistências, o Conselho, em sua primeira reunião, indicará 3 (três) nomes, quando se tratar de promoção ou remoção por merecimento.

§ 1º - A lista será formada com os nomes dos três candidatos mais votados.

§ 2º - Só poderá integrar a lista o nome de quem tenha obtido a maioria dos votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas necessárias, examinados em primeiro lugar os nomes dos remanescentes de lista anterior, desde que tenham novamente se habilitado.

Art. 71 - Não sendo caso de promoção obrigatória, a escolha recairá no membro do Ministério Público mais votado, observada a ordem dos escrutínios.

Parágrafo único - Em caso de empate, a precedência será do candidato mais antigo na entrância, salvo se o Conselho delegar a competência ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 72 - Antes de deliberar sobre a indicação dos candidatos que integrarão a lista tríplice por merecimento, o Conselho resolverá as eventuais reclamações e impugnações contra a lista dos inscritos.

## Título II Da Comissão de Concurso

### Capítulo I Das disposições gerais

Art. 73 - A Comissão de Concurso, órgão auxiliar de natureza transitória do Ministério Público, é incumbida de realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira.

Art. 74 - A realização do concurso de ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á em época designada pelo Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único - É, entretanto, obrigatória a abertura do concurso de ingresso quando o número de vagas atingir a 1/5 (uma quinta parte) do total dos cargos iniciais da carreira.

Art. 75 - Integram a Comissão:

I - o Procurador-Geral de Justiça, seu presidente;

II - 3 (três) Procuradores de Justiça, eleitos pelo Conselho;

III - 1 (um) representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Alagoas.

### Capítulo II Das providências prévias

Art. 76 - O Presidente comunicará ao Conselho a abertura de concurso de ingresso na carreira na primeira reunião ordinária.

Parágrafo único - Será colocada em pauta, na primeira reunião ordinária seguinte, a eleição dos membros da Comissão.

### Capítulo III Da eleição da Comissão de Concurso

Art. 77 - O Conselho elegerá os membros da Comissão e seus suplentes.

§ 1º - A indicação recairá nos Procuradores de Justiça mais votados.

§ 2º - Em caso de empate, será indicado o mais antigo na carreira.

Art. 78 - Cada membro do Conselho votará em 3 (três) Procuradores de Justiça para integrar a Comissão de concurso.

Parágrafo único - Terminada a votação, o Presidente proclamará o resultado.

Art. 79 - Em seguida, os membros do Conselho votarão em 3 (três) Procuradores de Justiça para eventuais substituições, com proclamação imediata do resultado, pelo Presidente.

## Título III Da remoção por permuta

### Capítulo I Das disposições gerais

Art. 80 - A remoção pode efetuar-se por permuta entre os membros do Ministério Público.

Art. 81 - A permuta deve dar-se entre membros do Ministério Público da mesma instância; se ocorrer entre membros da primeira instância, devem estar os interessados na mesma entrância; em todos os casos, porém, não confere direito aos permutantes à ajuda de custo.

Parágrafo único - Só se admitirá permuta entre titulares de cargo fixo; admite-se, porém, a permuta entre Promotores de Justiça Substitutos de Circunscrições Judiciárias diferentes.

## Capítulo II Das providências prévias

Art. 82 - A permuta dependerá de pedido escrito e conjunto dos pretendentes, e só será admitida se os interessados estiverem com os serviços em dia e não tiverem dado causa a adiamento de audiência nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao pedido, e assim o declararem no requerimento.

Parágrafo único - Caso não preencham os requisitos deste artigo, os interessados poderão apresentar justificativa ao Conselho, que deliberará sobre a admissibilidade da permuta.

Art. 83 - Não será concedida permuta se um dos interessados:

I - tiver sido removido por permuta, no período de 2 (dois) anos anteriores à apreciação do pedido, exceto se, neste interregno, quaisquer dos permutantes tiver sido promovido;

II - não tiver pelo menos 1 (um) ano de efetivo exercício no cargo;

III - tiver mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

IV - for o mais antigo na entrância;

V - possuir mais de 34 (trinta e quatro) anos de serviço.

Art. 84 - Assim que despachar os pedidos, o Presidente do Conselho os encaminhará ao Secretário do órgão.

§ 1º - O pedido será publicado na imprensa oficial, para eventual impugnação dos interessados, no prazo de 3(três) dias.

§ 2º - Findo o prazo de impugnações, a matéria será incluída na ordem do dia da próxima reunião ordinária.

## Capítulo III Da apreciação

Art. 85 - O Conselho apreciará os pedidos de permuta, deferindo-os ou não, por motivo de interesse público.

## Título IV Da remoção e da disponibilidade compulsória

### Capítulo I Das disposições gerais

Art. 86 - Por motivo de interesse público e de forma compulsória, o Conselho poderá determinar a remoção para igual entrância ou a disponibilidade, assegurada ampla defesa.

Art. 87 - A disponibilidade só será aplicável a membro vitalício do Ministério Público, nas seguintes hipóteses:

I - escassa ou insuficiente capacidade de trabalho;

II - conduta incompatível com o exercício do cargo, consistente em abusos, erros ou omissões que comprometam o membro do Ministério Público para o exercício do cargo, ou acarretem prejuízo ao prestígio ou à dignidade da Instituição.

Art. 88 - O procedimento destinado à remoção ou à disponibilidade compulsória será instaurado:

I - diante de representação do Procurador-Geral de Justiça;

II - independentemente de representação, por deliberação do Conselho, provocado por qualquer dos demais membros.

§ 1º - Na primeira hipótese, a representação deverá qualificar o representado e indicar os fatos imputados, a previsão legal sancionadora e as provas que possam ou devam ser produzidas; no último caso, o Conselho designará o autor da proposta, ou um deles se se tratar de proposta conjunta, para baixar portaria, com os dados mencionados neste dispositivo.

§ 2º - Funcionará como relator e presidirá a instrução o membro do Conselho escolhido pelo colegiado.

§ 3º - Em todos os casos, será assegurada ampla defesa ao interessado.

Art. 89 - O processo deverá estar concluído em 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual prazo pelo Conselho.

## Capítulo II Das providências prévias

Art. 90 - O Conselho designará um Relator, que presidirá o processo de remoção ou disponibilidade.

Parágrafo único - O Conselho indicará os funcionários que deverão secretariar os trabalhos.

Art. 91 - Recebidos os autos, o Relator determinará a intimação pessoal do representado, concedendo-lhe prazo de 10 (dez) dias para apresentação da defesa, que deverá estar acompanhada da prova documental cabível.

Art. 92 - Findo o prazo para a defesa e colhida a prova que eventualmente se faça necessária, requerida pelo interessado ou pelo membro do Conselho que propôs a medida, ou determinada pelo Relator, os autos permanecerão na Secretaria com vista para o interessado, por 3 (três) dias, para alegações finais.

Parágrafo único - Com as alegações ou sem elas, vencido o termo o Relator terá 10 (dez) dias para lançar seu relatório conclusivo e encaminhar os autos ao Secretário do Conselho, para inclusão na pauta da reunião imediata.

Art. 93 - Na primeira reunião, o Relator lerá seu voto.

§ 1º - A contar dessa data, o processo permanecerá na Seção de Secretaria e Expediente do Conselho por uma reunião, para exame pelos Conselheiros.

§ 2º - Os Conselheiros poderão converter o julgamento em diligência para produção de novas provas, se imprescindíveis.

Art. 94- Havendo conversão do julgamento em diligência, os autos serão remetidos ao Relator, para as providências necessárias.

Art. 95 - Realizada a diligência, havendo provas novas, será dada oportunidade aos interessados para apresentar novas alegações e documentos, no mesmo prazo fixado para as alegações finais.

Art. 96 - Cumprida a fase do artigo anterior, ou verificando-se ser impossível a realização da diligência pretendida, o caso será incluído na pauta da primeira reunião imediata, para julgamento, permanecendo os autos, nesse ínterim, na Seção de Secretaria e Expediente, para exame dos Conselheiros.

## Capítulo III Da deliberação

Art. 97 - Encerrada a instrução e vencidas as etapas estipuladas nos artigos anteriores, o Secretário incluirá a matéria na ordem do dia da primeira reunião ordinária do órgão.

Art. 98- Se o Conselho entender que não é conveniente a medida, fará arquivar o processo na Seção de Secretaria e Expediente.

Art. 99 - Deliberando pela disponibilidade ou remoção compulsória, o Conselho indicará a vaga a ser preenchida.

§ 1º - O interessado será intimado pessoalmente da decisão, salvo se for revel ou furtar-se à intimação, caso em que será feita por publicação na imprensa oficial, com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º - Os autos aguardarão na Secretaria até que se esgote o prazo para recurso ao Colégio de Procuradores, fixado no respectivo Regimento Interno.

§ 3º - Se o recurso for interposto, o processo será remetido ao Colégio de Procuradores; caso contrário, a decisão será executada de imediato.

§ 4º - Em caso de remoção compulsória, a indicação da vaga a ser preenchida será feita independentemente do critério de provimento da vaga.

§ 5º - A efetivação da remoção compulsória não interferirá na alternatividade de critérios já estabelecidos.

Art. 100 - Transitando em julgado a deliberação favorável à remoção ou à disponibilidade compulsória, o processo será remetido ao Procurador-Geral de Justiça, para as providências cabíveis, arquivando-se, ao final, na Seção de Secretaria e Expediente do Conselho.

#### Capítulo IV Da cessação da disponibilidade

Art. 101 - Decorridos 02 (dois) anos do termo inicial da disponibilidade, e a requerimento do interessado, o Conselho examinará a ocorrência ou não da cessação do motivo de interesse público que a determinou.

#### Título V Da reversão

##### Capítulo I Das disposições gerais

Art. 102 - Reversão é a forma de provimento de cargo mediante a qual o membro do Ministério Público aposentado volta à ativa.

Parágrafo único - A reversão far-se-á na entrância em que se aposentou o membro do Ministério Público, em vaga a ser provida pelo critério de merecimento.

##### Capítulo II Das providências prévias

Art. 103 - O pedido de reversão será dirigido ao Procurador-Geral de Justiça, devendo ser atendidos os seguintes requisitos:

I - no caso de aposentadoria voluntária por tempo de serviço:

a) não estar o interessado aposentado há mais de um ano;

b) estar apto física e mentalmente para o exercício das funções;

II - no caso de aposentadoria compulsória por invalidez, se não mais subsistirem as razões da incapacitação.

§ 1º - A aptidão física e psíquica, bem como a cessação das razões da incapacitação, deverão ser comprovadas através de laudo do Departamento Médico do Serviço Civil do Estado, realizado por requisição do Ministério Público.

§ 2º - Assim que despachar o expediente relativo à reversão, o Procurador-Geral de Justiça o encaminhará ao Secretário do Conselho.

##### Capítulo III Da deliberação

Art. 104 - Ao deliberar sobre o pedido de reversão, o Conselho examinará a sua conveniência, atendidos os requisitos do artigo anterior, aferindo-os através da análise do laudo apontado no § 1º do mesmo artigo.

#### Título VI Do aproveitamento

##### Capítulo I Das disposições gerais

Art. 105 - O aproveitamento é o retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade, ao exercício funcional.

Parágrafo único - O aproveitamento será sempre obrigatório, na primeira vaga, e se efetivará em cargo de igual instância e entrância, com funções iguais ou assemelhadas às daquele ocupadas quando da disponibilidade, salvo se o interessado aceitar outro de igual instância e entrância, ou se for promovido.

Art. 106 - Ao retornar à atividade, será o membro do Ministério Público submetido à inspeção médica e, se julgado incapaz, será aposentado compulsoriamente, com as vantagens a que teria direito se efetivado o seu retorno.

Capítulo II  
Das providências prévias

Art. 107 - Uma vez requerido o aproveitamento, o Presidente do Conselho comunicará o fato aos Conselheiros na primeira reunião ordinária, incluindo o seu aproveitamento na ordem do dia da próxima reunião.

Capítulo III  
Da indicação

Art. 108 - O Conselho fará a indicação para aproveitamento.

§ 1º - Havendo mais de uma vaga aberta simultaneamente, o Conselho fará a indicação para uma delas, independentemente do critério de seu provimento.

§ 2º - O aproveitamento de membro do Ministério Público não interferirá na alternatividade de critérios já estabelecida.

Título VII  
Do Quadro Geral de Antigüidade

Capítulo I  
Das disposições gerais

Art. 109 - O Quadro Geral de Antigüidade será aprovado pelo Conselho.

Art. 110 - Até o dia 31 de março de cada ano, o Procurador-Geral de Justiça fará publicar na imprensa oficial o quadro geral de antigüidade dos membros do Ministério Público.

Capítulo II  
Das providências prévias

Art. 111 - Até o dia 10 (dez) de março de cada ano, o Procurador-Geral de Justiça encaminhará ao Secretário o quadro geral de antigüidade dos membros do Ministério Público incluindo a matéria na ordem do dia, antes da última reunião ordinária desse mês.

Capítulo III  
Da aprovação

Art. 112 - Os membros do Conselho poderão solicitar ao Secretário que forneça as alterações do quadro do Ministério Público, registradas na Seção de Secretaria e Expediente do Conselho.

Parágrafo único - As correções aprovadas pelo Conselho serão encaminhadas à Procuradoria-Geral de Justiça pelo Secretário.

Capítulo IV  
Das reclamações

Art. 113 - No prazo de 10 (dez) dias contados da publicação do quadro geral de antigüidade, qualquer interessado poderá reclamar contra sua posição na lista, em requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente.

Parágrafo único - As reclamações serão autuadas e, designado relator, serão apreciadas na reunião ordinária imediata.

Título VIII  
Dos Inquéritos Administrativos

Capítulo I  
Da proposta de instauração

Art. 114 - Qualquer membro do Conselho que tiver notícia de infração disciplinar e da respectiva autoria, poderá solicitar ao Secretário a inclusão da matéria na ordem do dia da próxima reunião.

Capítulo II  
Da deliberação

Art. 115 - Deliberando o Conselho pela instauração de processo administrativo, o Secretário encaminhará o respectivo expediente ao Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único - Quando for deliberada a não-instauração de processo administrativo, o expediente será arquivado na Seção de Secretaria e Expediente do Conselho.

Título IX  
Das Sindicâncias  
Capítulo I  
Da proposta de instauração

Art. 116 - A instauração de sindicância, de caráter simplesmente investigatório, quando não houver elementos suficientes para se concluir pela existência de falta ou de sua autoria, poderá ser proposta ao Conselho por qualquer de seus membros.

Parágrafo único - Assim que receber a solicitação, o Secretário incluirá a matéria na ordem do dia da primeira reunião ordinária.

Capítulo II  
Da deliberação

Art. 117 - Se o Conselho deliberar pela instauração de sindicância, o Secretário enviará o respectivo expediente à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Parágrafo único - O expediente será arquivado na Seção de Secretaria e Expediente do Conselho quando for deliberada a não-instauração de sindicância.

Capítulo III  
Do arquivamento

Art. 118 - Nos casos em que a instauração da sindicância tenha sido deliberada pelo Conselho, se, após seu processamento, vier a ser arquivada por decisão do Procurador-Geral de Justiça, deverá ele dar ciência ao Conselho, enviando-lhe cópia da decisão.

Título X  
Dos afastamentos e das licenças

Capítulo I  
Das disposições gerais

Art. 119 - O membro do Ministério Público, entre outros direitos e vantagens, poderá:

I - afastar-se do cargo para exercer cargo, emprego ou função, de nível equivalente ou superior, na Administração Pública, direta ou indireta;

II - obter licença em caráter especial, para freqüentar cursos de Pós Graduação e seminário, fora do Estado, inclusive no exterior, por um tempo máximo de 2 (dois) anos.

§ 1º - Ouvido o Conselho, o Procurador-Geral de Justiça decidirá sobre o pedido de afastamento de que cuida o inciso I, formulado por membro do Ministério Público que tenha previamente exercido a opção pelo regime jurídico anterior à promulgação da Constituição de 1988 (art. 29, § 3º, do ADCT).

§ 2º - Na licença de que cuida o inc. II, o Conselho deliberará sobre os requerimentos formulados pelos interessados.

Capítulo II  
Da licença para estudos

Seção I  
Das disposições gerais

Art. 120 - Cabe ao Conselho autorizar a licença para membro do Ministério Público para freqüentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior, desde que guarde relação com função exercida pelo interessado.

§ 1º - Só se admitirá licença cuja duração máxima não exceda 2 (dois) anos.

§ 2º - O período de licença será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, inclusive para remoção ou promoção por merecimento.

§ 3º - A licença só será autorizada previamente pelo Conselho, se houver conveniência do serviço.

§ 4º - A licença se dará sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo.

§ 5º - A freqüência a congresso, curso, seminário ou encontro, para período inferior a 30 (trinta) dias, não pressupõe licença na forma deste artigo, mas está sujeito à autorização do Procurador-Geral de Justiça, providenciada a substituição automática.

Art. 121 - Observadas as demais disposições deste Ato, a licença obedecerá às seguintes normas:

I - só será admitido a licença ao membro do Ministério Público que conte com pelo menos 5 (cinco) anos de efetivo exercício na carreira, e que esteja com os serviços em dia e o assim o declarem no respectivo requerimento;

II - em nenhuma hipótese, o membro do Ministério Público poderá obter licença por mais de 5 (cinco) anos, consecutivos ou não, e, observado esse limite, a duração da licença do interessado não poderá ser superior à metade do tempo de seu efetivo exercício na carreira;

III - o interessado deverá comprovar perante o Conselho a freqüência e o aproveitamento no curso ou seminário realizado.

## Seção II Do pedido de licença

Art. 122 - O pedido de licença para freqüência de cursos no País ou no exterior será dirigido ao Procurador-Geral de Justiça e conterá minuciosa justificação de sua conveniência.

Parágrafo único - Deve instruir o pedido:

I - documento firmado pela autoridade competente da instituição que promoverá o curso ou seminário, ou onde serão realizados os estudos, comprovando o convite e a aceitação do interessado;

II - plano de estudo ou programa do curso ou seminário com ampla descrição de sua natureza, finalidade, atividades principais e complementares, data de início e de encerramento, nome do orientador ou supervisor, se houver;

III - declaração de suficiência na língua estrangeira do estudo, curso ou seminário, se for o caso, firmada por dirigente de instituição de ensino ou de difusão cultural, autoridade de serviço diplomático ou consular do país onde se realizará a atividade, ou, ainda, comprovação de suficiência perante a Comissão competente para dar parecer;

IV - certidão comprobatória da data de ingresso do interessado no Ministério Público, do seu vitaliciamento e da progressão na carreira;

V - certidão referente ao período e natureza de licenças e afastamentos anteriores;

VI - certidão da Corregedoria-Geral do Ministério Público sobre a vida funcional do interessado;

VII - documentação referente ao período e carga horária do curso (dias e horários), com menção aos períodos em que o curso poderá ser interrompido, como no período de férias.

§ 1º - O pedido deverá ser formulado com antecedência suficiente para sua apreciação pelo Conselho, antes da data programada para o início das atividades.

§ 2º - Os documentos em língua estrangeira deverão ser exibidos com tradução para o vernáculo.

Art. 123- Recebido o pedido, o Conselho designará data para entrevista pessoal do candidato, que será cientificado pelo Setor de Secretaria e Expediente.

## Seção III Das deliberações

Art. 124 - Sendo a deliberação do Conselho desfavorável ao pedido de licença, será oficiado ao interessado, comunicando a decisão do colegiado.

Parágrafo único - Se considerada incompleta a instrução do pedido, conceder-se-á ao interessado oportunidade de completá-la, no prazo máximo de 2 (duas) reuniões, podendo ainda aduzir o que lhe parecer necessário com a finalidade de melhor esclarecer o pedido de licença.

Art. 125 - Autorizada a licença, o Procurador-Geral de Justiça expedirá o respectivo ato.

Parágrafo único - O interessado encaminhará ao Procurador-Geral de Justiça, dentro dos 30 (trinta) dias subseqüentes ao seu início, documento firmado por autoridade competente da instituição responsável, que comprove sua inscrição ou matrícula, bem como a freqüência regular às atividades pertinentes.

Art. 126- Em todos os casos, o interessado deverá remeter:

- I - ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, comprovante de frequência fornecido pela instituição responsável;
- II - ao Conselho, semestralmente, relatório sucinto dos trabalhos de que tenha até então participado, e, ao final, relatório conclusivo, para comprovação do aproveitamento.

Art. 127 - Nos 15 (quinze) dias que se seguirem ao término da licença, o interessado apresentará ao Procurador-Geral de Justiça:

- I - documento firmado por autoridade competente da instituição responsável, que comprove ter concluído, com aproveitamento, sua participação nas atividades para as quais se afastou;
- II - seu relatório final, de que conste:
  - a) a avaliação pessoal de seu desempenho;
  - b) o resumo das atividades e dos assuntos com que se defrontou;
  - c) o proveito obtido para sua atuação funcional;
  - d) sugestões de interesse institucional.

Art. 128 - O relatório final do interessado será apreciado pelo Conselho, após parecer prévio sobre o aproveitamento, apresentado pelo Conselheiro a quem for distribuído o expediente.

### Capítulo III

#### Do afastamento para cargos administrativos

##### Seção I

##### Das disposições gerais

Art. 129 - Os afastamentos para exercício de cargos ou funções administrativas só serão admitidos para aquele que:

- I - tenha ingressado na carreira antes da promulgação da Constituição de 1988;
- II - tenha exercido previamente a opção a que se refere o art. 29, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988;
- III - esteja em dia com os serviços a seu cargo, não tenham autos retidos em seu poder e assim o declarem no requerimento de afastamento, juntando a respectiva prova.

Art. 130 - Só se admite afastamento para exercício de cargo ou função administrativa de nível equivalente ou superior.

§ 1º - Consideram-se cargos ou funções de nível equivalente ou superior:

- I - cargos de chefe do Poder Executivo e seu respectivo substituto legal;
- II - cargos de membro do Poder Legislativo;
- III - cargos de Ministro e Secretário de Estado, ou seu respectivo e imediato substituto legal;
- IV - cargos ou funções com prerrogativas, *status* e representação de Ministro ou Secretário de Estado;
- V - cargos ou funções cujo exercício seja de incontroverso e excepcional interesse da própria Instituição.

§ 2º - Em todas as hipóteses, o afastamento pressupõe que o exercício do cargo ou da função seja relevante para o Ministério Público.

Art. 131 - O afastamento para exercício de cargo ou função administrativa será concedido pelo Procurador-Geral de Justiça, depois de ouvido o Conselho do Ministério Público, e observada a conveniência do serviço.

§ 1º - O afastamento se dará sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo, salvo quando o membro do Ministério Público optar pelos vencimentos do cargo, emprego ou função que venha a exercer.

§ 2º - O período de afastamento será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, exceto para remoção ou promoção por merecimento.

Art. 132 - Não supõe afastamento da carreira a participação, a qualquer título, de membro do Ministério Público em organismos estatais de defesa do meio ambiente, neste compreendido o do trabalho, do consumidor, de política penal e penitenciária e outros afetos à sua área de atuação.

Parágrafo único - Em caso de deliberação contrária à participação, a proibição não se elide pelo afastamento da carreira.

##### Seção II

##### Do pedido de afastamento

Art. 133- O membro do Ministério Público deverá requerer ao Procurador-Geral de Justiça o afastamento para exercer outro cargo, emprego ou função na administração direta ou indireta, expondo com precisão a sua natureza e atribuições, e dando as razões pelas quais o pleiteia.

Parágrafo único - Se o pedido for formulado diretamente pela autoridade administrativa à qual deva ficar subordinado o membro do Ministério Público, o Procurador-Geral de Justiça solicitará deste último as informações de que trata este artigo.

### Seção III Das providências prévias

Art. 134 - Assim que despachar o expediente relativo ao pedido de afastamento, o Procurador-Geral de Justiça o encaminhará ao Secretário do Conselho, que incluirá a matéria na ordem do dia da próxima reunião ordinária.

### Seção IV Do parecer

Art. 135 - O Conselho opinará sobre o pedido de afastamento.

### Título XI Das recomendações

Art. 136 - Qualquer Conselheiro poderá apresentar ao Colegiado sugestão para edição de Recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços.

Art. 137 - Se formulada previamente por escrito, a sugestão será incluída na ordem do dia da reunião seguinte àquela em que venha a ser apresentada; se apresentada verbalmente, o Conselho poderá deliberar na própria reunião.

Art. 138 - Antes da votação das propostas, o membro do Conselho que as houver formulado poderá justificá-las oralmente.

§ 1º - Aprovada a sugestão, será encaminhada ao Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º - Caso a recomendação tenha por destinação órgão da Administração Superior, a este será encaminhada por ofício.

### Título XII Das informações do Corregedor-Geral

Art. 139 - Sempre que entender necessário, qualquer dos membros do Conselho poderá solicitar a inclusão na ordem do dia da próxima reunião ordinária deliberação sobre pedido de informações ao Corregedor-Geral a respeito da conduta e atuação funcional dos Promotores de Justiça.

Art. 140 - Deliberando favoravelmente ao pedido, o Secretário do Conselho solicitará as informações por ofício e, assim que as receber, entregará cópia aos demais membros do Conselho.

### Título XIII Da sugestão de correições e visitas de inspeção

Art. 141 - Qualquer membro do Conselho poderá solicitar a inclusão na ordem do dia da próxima reunião ordinária de proposta de deliberação do órgão sobre a conveniência ou a necessidade de realização de correição extraordinária ou visita de inspeção.

Art. 142 - Aprovada a determinação de realização de correição extraordinária ou de visita de inspeção, o Secretário do Conselho comunicará a deliberação ao Corregedor-Geral.

Art. 143 - Das correições extraordinárias e das visitas de inspeção, o Corregedor-Geral enviará relatórios ao Conselho.

### Título XIV Do Vitaliciamento

#### Capítulo I Das disposições gerais

Art. 144 - Durante o período máximo de dois anos, a contar do início do exercício do cargo, apurar-se-á a conveniência da permanência ou da não confirmação do membro do Ministério Público na carreira, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - idoneidade moral;

II - disciplina;

III - dedicação ao trabalho;

IV - equilíbrio e eficiência no desempenho das funções.

Parágrafo único - Durante o período previsto neste artigo, o membro do Ministério Público remeterá à Corregedoria-Geral cópias de trabalhos jurídicos, relatórios de suas atividades e peças que possam influir na avaliação de seu desempenho funcional.

## Capítulo II

### Da decisão

#### Seção I

##### Das providências prévias

Art. 145 - O Corregedor-Geral, 2 (dois) meses antes de decorrido o biênio, e após promover a apuração relativa ao artigo anterior, remeterá ao Secretário do Conselho relatório circunstanciado sobre a atuação pessoal e funcional dos Promotores de Justiça em estágio probatório, concluindo, fundamentadamente, pela sua confirmação ou não na carreira.

Parágrafo único - O Corregedor-Geral poderá propor ao Conselho, excepcionalmente, o não-vitaliciamento de Promotor de Justiça antes dos dois últimos meses do biênio de seu ingresso.

Art. 146 - Recebido o relatório, o Presidente determinará a publicação do seu recebimento, e se for desfavorável ao vitaliciamento, encaminha-lo-á ao Secretário para autuação e distribuição entre os membros eleitos do Conselho, que farão relatório e emitirão parecer a propósito, excluído o Corregedor-Geral.

Art. 147 - Se a intimação pessoal do membro do Ministério Público não for possível, ou o mesmo se furtar a recebê-la, será feita por publicação na imprensa oficial, com prazo de 15 (quinze) dias.

#### Seção II

##### Dos casos de parecer desfavorável

Art. 148 - O relator fará intimar o interessado para comparecer, no prazo de 10 (dez) dias, à reunião ordinária do órgão, para ser ouvido, podendo apresentar defesa prévia e requerer produção de provas nos 5 (cinco) dias seguintes, pessoalmente ou por procurador.

§ 1º - Ao ser intimado pessoalmente, o Promotor de Justiça em estágio deverá receber cópia do relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público; se a intimação for feita pela imprensa oficial, será remetida correspondência, com aviso de recebimento, a seu domicílio, com cópia do aludido relatório.

§ 2º - A prova documental será aduzida com a defesa, que poderá arrolar até três testemunhas.

§ 3º - Será dada ciência da intimação aos demais membros do Conselho.

Art. 149 - O relator intimará as testemunhas arroladas na defesa para prestar depoimento na primeira reunião ordinária que se seguir, facultada a presença do interessado e seu procurador.

Art. 150 - No encerramento da instrução, o relator intimará o interessado a apresentar alegações finais no prazo de 10 (dez) dias, quando terá vista dos autos na Secretaria.

§ 1º - Findo o prazo, com ou sem as alegações escritas, o relator encaminhará os autos ao Secretário, para inclusão da matéria na ordem do dia da reunião ordinária imediata.

§ 2º - O Conselho decidirá pelo voto de dois terços de seus membros, excluído da votação o Corregedor-Geral do Ministério Público.

#### Seção III

##### Dos casos de parecer favorável

Art. 151 - Recebido pelo Conselho o relatório da Corregedoria-Geral, favorável ao vitaliciamento, qualquer órgão ou membro da instituição poderá impugnar, dentro de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu recebimento, por escrito e motivadamente, a proposta de vitaliciamento.

§ 1º - A petição será dirigida ao Presidente do Conselho, podendo-se requerer a produção de provas.

§ 2º - Aplicar-se-á ao procedimento de impugnação de vitaliciamento, os arts. 151 a 153 deste regimento.

§ 3º - Durante o prazo de que cuida este artigo, qualquer órgão ou membro da instituição poderá examinar os processos de vitaliciamento de qualquer Promotor de Justiça em estágio probatório.

#### Seção IV Das providências complementares

Art. 152 - Se não tiver havido impugnação ao vitaliciamento, ou se tiver sido recusada, o Conselho enviará os autos do processo ao Procurador-Geral de Justiça, o qual, mediante portaria, declarará a confirmação da carreira do membro do Ministério Público.

Art. 153 - O Conselho terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para decidir sobre o vitaliciamento, e o Colégio de Procuradores 30 (trinta) dias para decidir eventual recurso.

§ 1º - Os autos aguardarão na Secretaria até que se esgote o prazo de 10 (dez) dias para recurso ao Colégio de Procuradores.

§ 2º - Se o recurso for interposto, o processo será remetido ao Colégio de Procuradores; caso contrário, a decisão será executada de imediato.

Art. 154 - Transitando em julgado a deliberação desfavorável ao vitaliciamento, o processo será remetido ao Procurador-Geral de Justiça, o qual, mediante portaria, exonerará o membro do Ministério Público não confirmado na carreira, arquivando-se, ao final, na Seção de Secretaria e Expediente do Conselho.

#### Título XV Dos Assentos e Súmulas

##### Capítulo I Das disposições gerais

Art. 155 - O Conselho poderá fixar Assentos sobre matérias administrativas de sua competência, bem como Súmulas sobre questões jurídicas atinentes ao julgamento dos arquivamentos e recursos nos inquéritos civis.

Parágrafo único - Os Assentos e Súmulas poderão ter por objeto o alcance e conteúdo de dispositivo legal.

Art. 156 - Os Assentos e Súmulas serão enumerados ordinalmente, seguindo-se a dezena final do ano em que foram estabelecidos, e serão publicados na imprensa oficial.

##### Capítulo II Da revisão anual

Art. 157 - Na primeira reunião ordinária que se seguir à sua eleição, o Secretário do Conselho extrairá cópias dos Assentos e Súmulas em vigor e as encaminhará aos demais membros do órgão.

§ 1º - O Secretário do Conselho incluirá, na ordem do dia da reunião ordinária seguinte, a deliberação sobre a manutenção dos Assentos e Súmulas em vigor na gestão anterior.

§ 2º - Os Assentos e Súmulas mantidos serão transcritos no livro próprio, pelo Secretário, conservando-se a sua numeração, sendo republicados periodicamente para conhecimento dos membros da Instituição.

##### Capítulo III Dos novos Assentos e Súmulas

Art. 158 - Qualquer dos membros do Conselho poderá sugerir novos Assentos e Súmulas, por meio de proposta fundamentada.

§ 1º - Assim que receber a proposta, o Secretário a incluirá na ordem do dia da próxima reunião ordinária.

§ 2º - Aprovado o Assento ou a Súmula, o Secretário promoverá sua transcrição no livro próprio.

##### Capítulo IV Da revogação

Art. 159 - A qualquer tempo, o membro do Conselho poderá propor a revogação de Assento ou Súmula.

Parágrafo único - Proposta a revogação, aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

#### Capítulo V Da publicação

Art. 160 - Os Assentos e Súmulas serão comunicados aos membros do Ministério Público por meio de publicação na imprensa oficial.

§ 1º - A revogação de Assento ou Súmula também será publicada na imprensa oficial.

§ 2º - Para os fins referidos neste artigo, o Secretário do Conselho encaminhará os expedientes à publicação.

#### Capítulo VI Da força dos Assentos e Súmulas

Art. 161 - Enquanto não revogados, os Assentos e Súmulas têm força de recomendação para os membros do Conselho, respeitada, em qualquer caso, sua liberdade e sua independência funcional.

#### Título XVI Das Comissões Especiais

Art. 162 - As Comissões Especiais podem ser formadas pelo Conselho para estudos de quaisquer questões de sua competência, e devem concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido na reunião em que foram constituídas.

§ 1º - Os integrantes da Comissão escolherão entre si aquele que a presidirá e aquele que funcionará como seu Relator.

§ 2º - Não apresentados os trabalhos nesse prazo, o Conselho, desacolhendo as razões do atraso, poderá dissolver a Comissão Especial e nomear outra, em seguida.

Art. 163 - A Comissão deverá fornecer a cada membro do Conselho uma cópia de seus trabalhos e conclusões.

Art. 164 - As conclusões da Comissão Especial serão votadas na primeira reunião ordinária que se seguir à apresentação dos trabalhos.

§ 1º - Nessa reunião, desejando apresentar substitutivos ou conclusões aditivas às da Comissão Especial, o membro do Conselho deverá levá-los por escrito e entregar cópia para os demais, podendo apresentar sustentação oral.

§ 2º - Somente será adiada uma única vez a votação das conclusões da Comissão Especial e, mesmo assim, por solicitação de, pelo menos, 3 (três) membros do Conselho.

#### Título XVII Do inquérito civil e das peças de informação Capítulo I Das disposições gerais

Art. 165 - O Conselho Superior não tem atuação consultiva em matéria de defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, exceto em matéria procedimental, como nas questões referentes à tramitação do inquérito civil ou das peças de informação.

Art. 166 - Sujeita-se à homologação do Conselho Superior qualquer promoção de arquivamento de inquérito civil ou de peças de informação, bem como o indeferimento de representação que contenha peças de informação, alusivos à defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

#### Capítulo II Da instauração

Art. 167 - Sempre que o Conselho entender necessário, poderá determinar a instauração de inquérito civil:

I - à vista de representação que lhe seja dirigida;

II - em decorrência do exame de outro inquérito civil, de notícias ou de peças de informação que lhes cheguem.

### Capítulo III Dos pedidos de prazo

Art. 168 - Se o inquérito civil ou as investigações decorrentes de peças de informação não estiverem concluídos em 90 (noventa) dias da data de sua instauração, o Presidente do inquérito deverá comunicar o fato ao Conselho, o qual, se entender necessário, poderá solicitar a remessa dos autos para exame.

§ 1º - O Presidente do inquérito justificará a demora na conclusão das investigações e indicará as providências ainda faltantes, que entenda necessárias.

§ 2º - À vista dos autos, o Conselho poderá conceder prazos suplementares sucessivos de 30 (trinta) dias, para a conclusão das investigações, findo os quais os autos serão remetidos ao colegiado.

§ 3º - Vedado aos Centros de Apoio Operacional o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, não poderá conceder dilação de prazos para conclusão dos inquéritos civis.

### Capítulo IV Do arquivamento Seção I Das disposições gerais

Art. 169 - Ao Conselho cabe homologar ou rejeitar a promoção de arquivamento dos autos de inquérito civil ou das peças de informação, nos termos do art. 9º da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parágrafo único - Serão públicas as reuniões e as decisões do Conselho, tomadas na forma do *caput* deste artigo.

### Seção II Das providências prévias

Art. 170 - O órgão de execução do Ministério Público remeterá ao Conselho os autos de inquérito civil ou de peças informativas, no prazo de 3 (três) dias a contar da data da promoção do arquivamento.

§ 1º - Se a remessa não se der no prazo da lei, o Conselho requisitará os autos, de ofício ou a pedido de interessado, para exame e deliberação.

§ 2º - O órgão de execução deverá obrigatoriamente autuar o inquérito civil ou as peças informativas, antes de sua remessa ao Conselho.

§ 3º - A remessa se fará por termo nos autos, dispensado ofício de encaminhamento.

§ 4º - Os autos serão remetidos diretamente à Secretaria do Conselho.

§ 5º - Se os autos derem entrada no protocolo geral da Instituição, serão remetidos mediante carga até o dia imediato, à Secretaria do Conselho.

Art. 171 - Recebidos os autos, a Secretaria procederá à conferência das folhas e sua numeração, e lançará certidão nos autos, mantida a numeração original se estiver correta.

Parágrafo único - Só se fará nova autuação:

I - se a anterior estiver deteriorada ou se não observar os padrões usuais da Instituição;

II - se as peças de informação não estiverem previamente autuadas.

Art. 172 - De imediato, o Secretário fará publicar na imprensa oficial o aviso da existência da promoção de arquivamento, para que associação legitimada ou quem tenha legítimo interesse apresente, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

§ 1º - Durante esse prazo, os autos ficarão à disposição dos interessados, na Secretaria do Conselho.

§ 2º - Se nos autos houver documentos ou informações sobre as quais recaia sigilo legal, o Secretário deverá determinar as cautelas necessárias para sua preservação.

Art. 173 - Decorrido o prazo previsto no artigo anterior, o Secretário do Conselho fará a distribuição dos autos a um dos Conselheiros, que oficiará como Relator.

§ 1º - A distribuição observará a impessoalidade, o rodízio e a proporcionalidade na divisão de serviços.

§ 2º - O Relator terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar seu relatório e voto, acompanhado de ementa.

§ 3º - O Relator devolverá os autos à Secretaria, com seu relatório e voto, aos quais somente os demais Conselheiros terão acesso antes da reunião pública de julgamento.

Art. 174- Será responsabilizado o funcionário que der conhecimento do relatório e dos votos a qualquer pessoa não autorizada, antes da reunião pública de julgamento do caso.

Art. 175 - A Secretaria do Conselho fará publicar na imprensa oficial o aviso da data em que o caso será julgado, em reunião pública.

Parágrafo único - Havendo informações ou documentos sobre os quais recaia sigilo legal, em nenhuma hipótese a Secretaria deles dará acesso, cópia ou certidão, em contrariedade aos preceitos legais, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal do funcionário faltoso.

### Seção III Dos Impedimentos

Art. 176 - Estará impedido:

a) de proferir voto o membro do Conselho que tenha lançado nos autos do inquérito ou do expediente qualquer manifestação de mérito sobre o caso em julgamento, exceto se o tiver feito já na qualidade de Conselheiro;

b) de presidir o julgamento do caso e proferir voto o Procurador-Geral de Justiça, se for sua a promoção de arquivamento ou o ato que deva ser revisto pelo Conselho, ou se tiver previamente oficiado como Conselheiro na homologação de arquivamento do caso, ou se o arquivamento provier de quem exerça atribuições por ele delegadas em casos de suas atribuições originárias.

Art. 177 - O membro do Ministério Público que promoveu o arquivamento de inquérito civil ou de peças de informação não está impedido de propor a ação civil pública, se surgirem novas provas em decorrência da conversão do julgamento em diligência.

### Seção IV Da Reunião Pública de Julgamento

Art. 178 - O Conselho reunir-se-á em reunião pública para julgar os arquivamentos de inquéritos civis, peças de informação e expedientes conexos.

Art. 179 - As reuniões de julgamento serão realizadas em auditórios adequados do Ministério Público, sob portas abertas e com ingresso franqueado a qualquer pessoa.

§ 1º - A polícia do recinto será exercida pelo Presidente do Conselho, que não admitirá manifestações dos presentes, a qualquer título.

§ 2º - Será admitida sustentação oral pelos eventuais interessados presentes, ou por seus procuradores.

§ 3º - Se nos autos houver documentos ou informações sobre as quais recaia sigilo legal, a discussão pública da matéria não fará menção aos dados sigilosos; caso indispensável a menção, serão tomadas as cautelas necessárias para preservar o sigilo legal.

§ 4º - A critério do Conselho, as reuniões poderão realizar-se em recinto diverso.

§ 5º - Será admitida excepcionalmente a coleta de prova pessoal ou a realização de diligência necessária à decisão do feito.

Art. 180 - Apregoado o julgamento do caso, o Relator enunciará as principais questões de fato e de direito e proferirá seu voto.

Art. 181 - Em seguida, proferirão seus votos o Conselheiro Revisor e os demais Conselheiros, observada a ordem de votação.

§ 1º - Se algum Conselheiro, que não o Relator ou o Revisor, pedir vista dos autos para melhor exame, serão colhidos os votos dos demais Conselheiros que já tenham condição de proferi-los de plano.

§ 2º - No caso do parágrafo anterior, o prazo será comum, permanecendo os autos na Secretaria para exame, e os votos faltantes deverão ser apresentados obrigatoriamente até a reunião ordinária imediata, independentemente de publicação da pauta.

§ 3º - Na reunião de julgamento em continuação, não será admitido novo adiamento com pedido de vista, salvo consenso dos Conselheiros presentes.

§ 4º - À vista das exposições dos seus pares, o Conselheiro poderá aditar ou retificar seu voto, desde que o faça na própria reunião e sem adiamento do julgamento.

## Seção V Da deliberação

Art. 182 - Homologada a promoção de arquivamento, o Conselho devolverá, de imediato, os autos de inquérito civil ou das peças de informação à Promotoria de Justiça de origem ou à Procuradoria-Geral de Justiça, conforme o caso.

Art. 183 - Rejeitada a promoção de arquivamento lançada por membro do Ministério Público, o Conselho, na mesma reunião, designará outro membro da Instituição para uma destas hipóteses:

I - ajuizamento da ação civil pública;

II - instauração de inquérito civil, se se tratava de peças de informação, e ainda não haja base para propositura da ação;

III - prosseguimento no inquérito civil já instaurado, com novas diligências expressamente indicadas.

§ 1º - A designação deverá recair no substituto automático do membro impedido, ou, na impossibilidade de fazê-lo, sobre membro do Ministério Público com atribuição para, em tese, officiar no caso, segundo as regras ordinárias de distribuição de serviços.

§ 2º - Deliberada a indicação, o Conselho encaminhará os autos ao Procurador-Geral de Justiça para expedição do ato de designação.

§ 3º - Somente quando imprescindível, o julgamento será convertido em diligência.

Art. 184 - Convertido o julgamento em diligência, reabre-se ao Promotor de Justiça que tinha promovido o arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação a oportunidade de reapreciar o caso, podendo manter sua posição favorável ao arquivamento ou propor a ação civil pública, como lhe pareça mais adequado. Neste último caso, desnecessária a remessa dos autos ao Conselho Superior, bastando comunicar o ajuizamento da ação por officio.

Art. 185 - Nos autos constarão obrigatoriamente, na íntegra, o relatório e o voto do Conselheiro Relator.

§ 1º - Se outro Conselheiro tiver apresentado voto em separado, também será juntado aos autos.

§ 2º - Caso vencedor, o voto do Conselheiro Relator conterà a ementa oficial; caso contrário, o Conselho escolherá a de um dos votos majoritários como ementa oficial do caso.

Art. 186 - O Secretário do Conselho fará publicar o resultado do julgamento e a ementa na imprensa oficial.

Parágrafo único - Uma cópia da publicação será juntada aos autos.

Art. 187 - Qualquer Conselheiro poderá propor que a ementa seja apreciada como Súmula, se tiver abrangência e generalidade suficiente para servir de orientação aos membros do Ministério Público, caso em que será observado o procedimento adequado (Livro IV, Título XV, deste Regimento).

Art. 188 - Constatada a inobservância injustificada de prazo de 10 (dez) dias para remessa de inquérito civil ou das peças de informação, o Conselho deliberará sobre a instauração de sindicância ou de processo administrativo contra o membro faltoso do Ministério Público.

Art. 189 - Das deliberações do Conselho, de que cuida este Capítulo, não caberá recurso ou pedido de reconsideração.

## Capítulo V Das recomendações

Art. 190 - Nos casos de atuação em vista de lesão a interesse de que cuida o art. 129, II, da Constituição Federal, entendendo não ser caso de propositura de ação civil pública, o órgão de execução do Ministério Público poderá arquivar os autos do inquérito civil ou das peças de informação, após expedir recomendações aos órgãos ou entidades de que cuida os incisos do art. 5º, da Lei Complementar Estadual nº 15/96.

§ 1º - As recomendações podem destinar-se à maior celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos, requisitando-se do destinatário sua divulgação adequada e imediata, bem como resposta escrita.

§ 2º - O membro do Ministério Público remeterá o inquérito civil ou as peças de informação ao Conselho, para deliberação sobre o arquivamento.

## Capítulo VI Da revisão do arquivamento

Art. 191 - Se surgirem novas provas, os autos de inquérito civil ou das peças de informação poderão ser desarquivados.

Parágrafo único - Surgindo novos dados técnicos ou jurídicos, poderão ainda ser retomadas as investigações arquivadas.

Art. 192 - O ato de arquivamento de inquérito civil ou de peças de informação poderá ser revisto, concorrentemente:

I - pelo órgão de execução que promoveu originariamente o arquivamento;

II - pelo órgão de execução que homologou o arquivamento.

Parágrafo único - Na hipótese de ter a revisão do arquivamento partido do Conselho, caberá a este designar outro membro para prosseguir nas investigações, se o membro do Ministério Público a quem couberem as investigações assim o solicitar, preservada sua liberdade de convicção.

## Capítulo VII Das transação

Art. 193 - Nos inquéritos civis, o Ministério Público poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais.

Parágrafo único - O compromisso obedecerá os seguintes princípios:

I - é vedada a dispensa, total ou parcial, das obrigações reclamadas para a efetiva satisfação do interesse lesado, devendo restringir-se às condições de cumprimento das obrigações, como modo, tempo, lugar ou outras semelhantes;

II - deverão ser estipuladas cominações específicas, de caráter patrimonial, para a hipótese de descumprimento;

III - terá eficácia de título executivo extrajudicial;

IV - deverá ser subscrito pelo responsável legal pelo dano, ou pelo seu representante legal, munido do instrumento de mandato, e pelo órgão de execução do Ministério Público;

V - para plena eficácia do título, deverá revestir a característica de liquidez, ou seja, obrigação certa, quanto à sua existência, e determinada, quanto ao seu objeto;

VI - deverá conter a cláusula de que a eficácia do compromisso dependerá da homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação pelo Conselho.

Art. 194 - Obtido o compromisso de ajustamento, o órgão do Ministério Público promoverá o arquivamento do inquérito civil e enviará os autos, com a promoção de arquivamento e o compromisso tomado, para apreciação do Conselho.

Art. 195 - Homologado o arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação, os autos serão restituídos à Promotoria de Justiça a que couber.

Parágrafo único - O órgão de execução notificará o responsável para o início de cumprimento das obrigações assumidas.

Art. 196 - Se o acordo não for cumprido, o órgão do Ministério Público executará o título em juízo; sendo cumprido, tal circunstância será comunicada ao Conselho.

Art. 197 - Quando o compromisso de ajustamento tiver a característica de ajuste preliminar, que não dispense o prosseguimento de diligências para uma solução definitiva, salientado pelo órgão do Ministério Público que o celebrou, o Conselho Superior homologará somente o compromisso, autorizando o prosseguimento das investigações.

Art. 198 - Homologada pelo Conselho Superior a promoção de arquivamento de inquérito civil ou das peças de informação, em decorrência de compromisso de ajustamento, incumbirá ao órgão do Ministério Público que o celebrou fiscalizar o efetivo cumprimento do compromisso, do que lançará certidão nos autos.

## Capítulo VIII Dos recursos

Art. 199 - Sob pena de não-conhecimento, serão protocolados perante o órgão de execução competente, os recursos:

I - contra o indeferimento de representação para instaurar inquérito civil;

II - contra a instauração do inquérito civil.

Parágrafo único - O recurso será autuado, dele se fazendo registro em livro próprio.

Art. 200 - O prazo para interpor o recurso correrá da data da ciência do interessado, e será de 10 (dez) dias.

§ 1º - Sob pena de não-conhecimento, o recurso será interposto com as razões de inconformidade.

§ 2º - Considera-se interessado, para os fins do inc. I, o autor da representação, e para os fins do inc. II, aquele contra quem poderá ser ajuizada a ação civil pública.

Art. 201 - Simultaneamente com a interposição do recurso, o recorrente deverá fornecer cópia da petição de interposição e das razões de inconformidade ao órgão de execução recorrido, que poderá enviar elementos de convicção ao Conselho ou proceder à reforma de seu próprio ato.

Parágrafo único - Se o órgão de execução reformar seu próprio ato, deverá comunicá-lo ao Conselho, que declarará prejudicado o recurso.

Art. 202 - Os autos permanecerão na Promotoria de Justiça:

I - se o membro do Ministério Público reconsiderar seu próprio ato;

II - se o processamento do recurso restar prejudicado em face de decisão do Conselho.

Parágrafo único - Para os fins do inc. II deste artigo, o órgão do Ministério Público aguardará solicitação da Secretaria do Conselho para enviar-lhe os autos.

Art. 203 - O Secretário distribuirá imediatamente o recurso, remetendo os autos ao Relator no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único - O recurso será julgado na primeira reunião ordinária subsequente do Conselho, independentemente de publicação ou de inclusão em pauta.

Art. 204- O relatório e o voto serão apresentados na reunião de julgamento.

§ 1º - Observada a ordem de votação, seguir-se-ão os votos orais dos demais Conselheiros.

§ 3º - Todos os votos serão proferidos publicamente na mesma reunião.

§ 4º - O Presidente não permitirá, na polícia do recinto, qualquer manifestação de quem não integre o Conselho.

#### Título XVIII Do Quinto Constitucional

Art. 205 - O Conselho elaborará as listas sêxtuplas a que se referem os arts. 94, *caput*, e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal, fazendo-o sob o mesmo procedimento utilizado para as indicações por merecimento.

§ 1º - Poderão inscrever-se os Procuradores ou os Promotores de Justiça que contem com mais de 10 (dez) anos de carreira, idade superior a 35 anos e inferior a 65 anos, no ato da inscrição.

§ 2º - Não ficam impedidos os conselheiros que se inscreverem concorrendo à lista sêxtupla, porém, se, algum se declarar impedido ou suspeito por motivo de foro íntimo, deverá ser convocado o suplente, mesmo havendo *quorum*.

#### Título XIX Da revisão de inquérito administrativo

Art. 206 - É admitida a revisão de inquérito administrativo nos casos previstos em lei, podendo ser requerida a qualquer tempo, mediante petição ao Procurador-Geral de Justiça, com as provas de que o interessado dispuser, ou com a indicação das que pretenda produzir.

Art. 207- Para proceder à revisão o Procurador-Geral de Justiça, ao receber o pedido, encaminha-lo-á ao Conselho Superior do Ministério Público, cujo presidente sorteará um relator para realizar a instrução da revisão.

§ 1º - É impedido de funcionar como relator o integrante da comissão que promoveu o inquérito revisando.

§ 2º - Ao relator, é facultado delegar atribuições ao Corregedor-Geral do Ministério Público, ou a Promotor de Justiça para a realização de atos de instrução no interior do Estado.

Art. 208 - O requerimento de revisão deve ser apenso ao processo ou à sua cópia, notificando-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias juntar as provas que tiver ou requerer a produção das indicadas na inicial.

§ 1º - Concluída a instrução dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, dar-se-á vista dos autos ao requerente, em mãos do secretário, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para alegações finais.

Art. 209 - Decorrido o prazo para oferecimento das alegações, com ou sem elas, o relator encaminhará à secretaria os autos do processo, para colocação na pauta da reunião ordinária seguinte, a apreciação do feito pelo Conselho Superior do Ministério Público, após o que, será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça para julgamento.

## Título XX Da reabilitação

Art. 210 - Após 05 (cinco) anos da imposição da pena de advertência, censura ou suspensão, pode o infrator, desde que não tenha naquele período, cometido outra infração disciplinar, requerer ao Procurador-Geral de Justiça a sua reabilitação

Art. 211 - Para proceder à reabilitação, e antes de decidir, o Procurador-Geral de Justiça, deverá ouvir o Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 212 - Aplica-se, no tocante ao procedimento para instrução, pelo Conselho Superior do Ministério Público, do pedido de reabilitação, as regras para revisão de inquérito administrativo, no que couber.

## Título XXI Da perda do mandato do Conselheiro Capítulo I Considerações iniciais

Art. 213 - O Conselheiro que faltar, injustificadamente, a quatro reuniões consecutivas ou a oito alternadas, durante o respectivo mandato, perdê-lo-á, por decisão do próprio Conselho, assegurada ampla defesa.

Art. 214 - Caberá ao Secretário (arts. 15, XX; 30 e §§, deste Regimento), em observando o fato ensejador descrito no artigo anterior, encaminhar ao Presidente comunicação, na qual constará a narração do fato, o nome do Conselheiro, e os dias das reuniões em que o mesmo se fez ausente injustificadamente, acompanhada de cópias das respectivas atas.

Art. 215 - Recebida a comunicação, o Presidente determinará a publicação do seu recebimento, encaminha-la-á, de volta ao Secretário para autuação e distribuição entre os membros eleitos do Conselho, que farão relatório e emitirão parecer a propósito, excluído o faltoso.

## Capítulo II Da instrução e julgamento

Art. 216 - O relator fará intimar o Conselheiro faltoso para apresentar defesa prévia e requerer produção de provas nos 5 (cinco) dias seguintes, pessoalmente ou por procurador.

§ 1º - Ao ser intimado, o Conselheiro deverá receber cópia da comunicação do Secretário e das atas.

§ 2º - A prova documental será aduzida com a defesa, que poderá arrolar até três testemunhas.

§ 3º - Será dada ciência da intimação aos demais membros do Conselho.

Art. 217- O relator intimará as testemunhas arroladas na defesa para prestar depoimento na primeira reunião ordinária que se seguir, facultada a presença do interessado e seu procurador.

Art. 218 - No encerramento da instrução, o relator intimará o interessado a apresentar alegações finais no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Findo o prazo, com ou sem as alegações escritas, o relator encaminhará os autos ao Secretário, para inclusão da matéria na ordem do dia da reunião ordinária imediata.

§ 2º - O Conselho decidirá pelo voto de seus membros, excluído da votação o Conselheiro faltoso.

## Capítulo III Das providências complementares

Art. 219 - Sendo a deliberação do Conselho no sentido da perda do mandato do Conselheiro faltoso, o processo será remetido ao Colégio de Procuradores, o qual, mediante portaria, declarará a perda do mandato, além de providenciar a posse do suplente.

## Título XXII Da aposentadoria compulsória por invalidez

Art. 220 - A aposentadoria compulsória por invalidez poderá ser efetivada por iniciativa do Conselho Superior do Ministério Público, mediante processo regular, com o rito do inquérito administrativo, assegurada ampla defesa ao aposentando, a quem, se necessário, será nomeado curador.

§ 1º - O inquérito administrativo será promovido por comissão designada, em portaria, pelo Presidente do Conselho, constituída de três Conselheiros, entre eles o Corregedor-Geral do Ministério Público, que funcionará como presidente.

§ 2º - O inquérito administrativo será concluído e encaminhado ao Presidente do Conselho, com o relatório final, no prazo de noventa dias, prorrogável por mais trinta, contado da data de publicação do ato constitutivo da Comissão.

§ 3º - Recebidos os autos, o Presidente encaminhá-los-á ao Secretário que deverá incluir a matéria na pauta da reunião ordinária seguinte, para deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, com recurso para o Colégio de Procuradores, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 221- Se o aposentando recusar-se à inspeção de saúde, o Procurador-Geral de Justiça determinará seu afastamento do cargo, sem a perda dos vencimento e tempo de serviço, até que ele se apresente para a inspeção.

#### Título XXIII Das alterações do Regimento Interno

Art. 222 - Ao Conselho compete elaborar o seu Regimento Interno e aprovar suas alterações.

Art. 223 - Qualquer membro do Conselho poderá sugerir alterações de seu Regimento Interno, através de proposta encaminhada ao Secretário.

Parágrafo único - A proposta será colocada em pauta na primeira reunião ordinária.

Art. 224 - As alterações aprovadas serão encaminhadas à Procuradoria-Geral de Justiça para publicação na imprensa oficial.

#### Livro V Das Disposições Finais

Art. 225 - As questões de ordem e os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho.

Art. 226 - O presente Regimento Interno entrará em vigor assim que aprovado pelo Conselho, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público, em Maceió, Alagoas, aos 16 de junho de 1999.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO - Presidente

EDUARDO BARROS MALHEIRO - Conselheiro

RENATO BRITTO DE ANDRADE - Conselheiro

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO - Conselheiro

CARLOS ALBERTO TORRES - Conselheiro

HÉLIO LUNA TORRES - Conselheiro

ITAMAR GAMA E SILVA – Conselheiro suplente

VERA MALTA NOLASCO MOURA – Conselheira Suplente